

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Proposta de reforma tributária vai ao Congresso na terça-feira, diz Guedes	2
Título: Deputados e senadores reagem a veto a saneamento	3
Título: Copel planeja tornar ações mais atrativas ao pequeno investidor	6
Título: Cosan tem bancos para oferta da Compass.....	7
Título: Novo marco do saneamento e o futuro da infraestrutura	8
Título: Risco à Braskem	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: O esperado comportamento da inflação.....	12
Título: Brasileiro troca casa por fundo imobiliário nos EUA	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	14
Título: Hidrelétricas causam morte de árvores submersas na Amazônia.....	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Gasolina tem 10º aumento este ano	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/07/2020****Seção: Brasil****Autor: Arícia Martins****Título: Proposta de reforma tributária vai ao Congresso na terça-feira, diz Guedes**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a proposta do governo de reforma tributária está concluída na Casa Civil, e deve ser entregue na próxima terça-feira ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Segundo Guedes, que participou de painel na Expert XP sobre o momento econômico do país, a estratégia é começar a discussão por onde existe acordo entre Executivo e os projetos que já estão no Congresso, como na criação do IVA.

“Não posso afirmar que vai ter imposto sobre transação. O [presidente da Câmara, Rodrigo] Maia pode não pautar. Não estou fugindo do assunto de imposto, mas o tema é controverso”, disse Guedes, argumentando que confrontos precisam ser evitados para não interditar a discussão. “Não interessa ir para o confronto. Temos que analisar bases mais amplas de tributação, como as transações eletrônicas. Agora, se quiser interditar a discussão, aí não podemos reclamar depois”.

Além da criação do IVA, outros pontos de acordo com as duas propostas que estão no Congresso são a reformulação de impostos indiretos e do Imposto de Renda, acrescentou Guedes. O ministro sintetizou o tema ao afirmar que, segundo a proposta do governo, a alíquota de IR para empresas, hoje em 34%, vai diminuir, e que haverá tributação sobre dividendos, hoje inexistente. Está em estudo, ainda, de acordo com ele, a criação de um tributo sobre transações eletrônicas. De acordo com Guedes, o governo quer uma “desoneração para todos”, e não apenas para quem tem poder político ou econômico. “Queremos ampliar a base para mais gente pagar menos. Quando tem reoneração, quem tem poder político e econômico corre para evitar”.

Ao comentar as projeções negativas para o PIB, Guedes afirmou que os primeiros cálculos de economistas de que tombo poderia ser de cerca de 9% este ano devido à pandemia são “falta de conhecimento de detalhes de metodologia, de econometria”. Segundo o ministro, o Brasil tem “números interessantes” que evidenciam retomada.

“Há possibilidade de uma volta em formato de ‘V da Nike. É muito cedo para sermos tão pessimistas’”, disse Guedes. Como sinais positivos, ele mencionou o consumo de energia elétrica, que, em junho, ficou 4% abaixo do nível de igual mês de 2019, o forte aumento na emissão de notas fiscais eletrônicas e os juros baixos, que podem levar a um ‘boom’ no setor de construção civil. As exportações, no primeiro semestre, estão praticamente no mesmo nível do mesmo período do ano passado, acrescentou.

De acordo com Guedes, as projeções do mercado para o recuo do PIB em 2020 já refletem esses dados, e estão migrando para patamar entre -4% e -6%. “Os novos marcos regulatórios vão destravar outras fronteiras, como saneamento, cabotagem, concessões e privatizações, petróleo”, observou o ministro, mas a prioridade no momento é garantir emprego e renda.

“Hoje o desemprego em massa é o nosso principal foco, descobrimos 38 milhões de brasileiros que eram ‘invisíveis’, e se juntaram aos 12 milhões de desempregados”, comentou, referindo-se aos trabalhadores informais.

Em um primeiro momento, os programas de crédito não chegaram à ponta, reconheceu o ministro, mas “finalmente” agora os recursos estão alcançando as empresas. “Vamos assistir nos próximos meses o crédito chegando na ponta e o auxílio emergencial continuando”. Segundo ele, o governo ainda deve injetar na economia cerca de R\$ 300 bilhões em crédito. “Vamos aumentar os limites do Pronampe de novo”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2020

Seção: Política

Autor: Renan Truffi e Raphael Di Cunto

Título: Deputados e senadores reagem a veto a saneamento

O veto do governo Jair Bolsonaro ao marco legal do saneamento conseguiu unir senadores de oposição, deputados governistas, partidos pró-privatizações e até os articuladores do projeto. Bancadas partidárias das duas Casas, Câmara e Senado, dão como certo que a decisão do Palácio do Planalto será derrubada na próxima sessão deliberativa. A dúvida agora é quando o assunto será apreciado. Congressistas pressionam o presidente do Davi Alcolumbre (DEM-AP) a passar o veto na frente para que o Parlamento possa, enfim, dar uma resposta ao Executivo.

Toda essa mobilização não evitou o clima ruim para o governo no Legislativo, o que pode transbordar para outros vetos e até mesmo projetos de interesse do Executivo ou da equipe econômica. O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), disse ao **Valor**, por exemplo, que o governo não precisa mais contar com o voto dele “para nada”. Segundo o parlamentar, a confiança “acabou” para vários senadores.

“Não venha o ministro Paulo Guedes querer falar em nova CPMF, privatização da Eletrobras. Não vai aprovar. Não com o meu voto. No meu caso e no caso de muitos senadores, acabou a confiança. Vai ser uma relação completamente diferente agora”, disse. O PSD é uma das bancadas mais importantes do Senado e possui 12 parlamentares.

Otto Alencar era um dos senadores que estava resistente à apreciação do marco legal desde o início. Ele e o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), só aceitaram votar favoravelmente ao projeto em função de um acordo que preservaria o artigo 16, o que acabou não sendo cumprido. O artigo em questão prevê que os contratos de programa vigentes poderão ser reconhecidos, formalizados ou renovados mediante acordo entre as partes, até 31 de março de 2022, com prazo de vigência de até 30 anos.

Na prática, este item dava às prefeituras uma janela, até 2022, para que estas pudessem prorrogar seus atuais contratos de programa, muitas vezes firmados sem licitação, com companhias estaduais de água e esgoto. Seria uma “saída” para que os Estados não precisassem vender suas empresas durante a pandemia “à preço de banana”, nas palavras dos senadores.

Além deste veto, o governo publicou ontem no “Diário Oficial da União” os outros 11 trechos barrados pelo presidente da República no ato de sanção do marco legal. O que trata dos contratos de programa é o mais importante e, portanto, o que mais gerou repercussão, mas pelo menos outros dois também fazem mudanças significativas na lei.

Um dos trechos vetados obrigava a União a apoiar com dinheiro e assistência técnica a organização e a formação de blocos municipais, como são chamados no projeto o conjunto de prefeituras que poderão se unir e contratar de forma coletiva o serviço de saneamento. A alegação do Ministério da Economia para a decisão foi que a obrigatoriedade não foi acompanhada do cálculo de impacto financeiro e orçamentário, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Também foi revogado todo o artigo 20, que excluía o serviço de drenagem e o

setor de resíduos sólidos de algumas regras aplicadas aos serviços de água e esgoto.

Por conta disso, as bancadas já estão discutindo se vão se concentrar apenas no veto do artigo 16 ou se vão construir uma estratégia para derrubar outras decisões do Planalto sobre o mesmo texto. Ignorando este cenário adverso, o presidente Jair Bolsonaro aproveitou sua live de ontem, no Facebook, para pedir que os deputados e senadores mantenham os entendimentos do Executivo. “Espero que o Congresso mantenha os vetos. O artigo 16 permite que estatais sem licitação permaneçam por mais 30 anos. Se tivesse dado certo o setor público nessa área, não teríamos 100 milhões sem esgoto e 35 milhões de pessoas sem água encanada em casa”, argumentou o presidente.

A pedido do presidente contraria o entendimento até mesmo dos partidos que integram ou estão próximos à base aliada do governo na Câmara dos Deputados. Líder da maioria na Casa, bloco que agrupa grandes partidos, como PP, PL e Republicanos, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou que não há uma posição unificada ainda e que, do ponto de vista de atração de investimentos, o veto “talvez faça sentido, mas politicamente criou uma crise muito ruim”. “Agora o ideal é votar rapidamente, que esse assunto já tivesse sido vencido, porque os investidores vão esperar essa conclusão”, explicou.

A posição dos dois relatores do marco legal no Congresso, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e deputado Geninho Zúliani (DEM-SP), também deve ser levada em conta por suas bancadas, PSDB e DEM. Ambos defendem a revogação do veto como forma de garantir a manutenção do artigo 16. Foi Zúliani quem fez a negociação com os governadores para permitir a prorrogação dos contratos com as estatais e, assim, garantir uma “transição” entre o atual modelo e o novo.

Até mesmo o presidente da Frente Parlamentar pelo Saneamento, o deputado Enrico Misasi (PV-SP) saiu em defesa do arranjo político. “O artigo vetado é central, não tanto para a estrutura do projeto, mas para a construção política que foi feita com governadores de todos os aspectos ideológicos”, disse o parlamentar. Do lado dos governadores, a movimentação pode se converter em medidas judiciais. Os chefes dos Estados cogitam ir à Justiça como forma de resolver o impasse. A ofensiva, porém, pode criar um imbróglie judicial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2020

Seção: Empresas**Autor: André Ramalho****Título: Copel planeja tornar ações mais atrativas ao pequeno investidor**

A Copel pretende implementar até o fim do ano um pacote de medidas para aumentar a liquidez de suas ações. O presidente da companhia paranaense de energia, Daniel Slaviero, conta que a expectativa é valorizar mais os papéis da empresa na B3 e, ao mesmo tempo, por meio do desdobramento de suas ações, tornar a concessionária mais atrativa para pequenos investidores, num momento em que cresce a participação de pessoas físicas na bolsa.

O conselho de administração da Copel aprovou, na quarta-feira, a contratação de assessores para implementação de um programa de certificado de depósito de ações (as “units”, ativos compostos por mais de uma classe de ações). A companhia também avaliará o desdobramento dos papéis e oportunidades de melhorias de governança corporativa, como a migração para o Nível 2 da B3.

Todas essas medidas ainda precisam da aprovação dos acionistas, via assembleia. Slaviero, no entanto, acredita que os investidores verão nas iniciativas potencial de valorização das ações e de aumento de liquidez das ações da Copel. O mercado de capitais no Brasil, segundo o executivo, tem dado “demonstrações de força”, com o Ibovespa tendo voltando a superar o patamar de 100 mil pontos, mesmo durante a pandemia. “[Dar mais liquidez] visa a colocar a Copel como uma empresa atrativa nesse contexto”, disse Slaviero ao

Valor.

O executivo descartou a privatização da Copel, após a implementação das medidas para melhorar a liquidez da empresa na bolsa. “Está fora da agenda, não há discussão ou perspectiva de privatização. Nosso objetivo é que a Copel seja uma estatal com mentalidade do setor privado”, comentou.

A Copel é uma empresa controlada pelo Estado do Paraná, que possui 31% do capital total da companhia. O BNDESPar, por sua vez, tem fatia de 24%, enquanto a Eletrobras possui 0,6%. Os demais 44,4% das ações da companhia estão nas mãos de investidores privados, no mercado de capitais.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem planos de se desfazer de sua participação no capital da Copel. Slaviero explica que o programa de “units” não tem uma relação direta com a eventual saída do

BNDES do capital da empresa, mas que a iniciativa pode beneficiar a alienação da fatia do banco de fomento.

O executivo destacou, ainda, que a Copel está preparando uma nova política de dividendos, o que também pode contribuir para a valorização das ações da empresa. “Queremos dar uma visão e uma perspectiva de médio e longo prazos para o acionista”, afirma.

Ao mesmo tempo em que aposta em medidas para reforçar a liquidez das suas ações, a Copel também trabalha num plano de desinvestimentos, para se concentrar no setor elétrico. Nesse sentido, o conselho de administração aprovou esta semana a venda da Copel Telecomunicações. A operação será feita por meio de um leilão na B3 no quarto trimestre. Apesar da crise desencadeada pela pandemia, Slaviero acredita que o momento do mercado de capitais é atrativo. “Nessa pandemia ficou mais nítido que a infraestrutura de dados e telecomunicações, nesse novo normal de “home office”, tem sua importância reforçada”, disse.

O executivo comentou também sobre a intenção de vender os 51% da Copel na distribuidora estadual de gás natural, a Compagas, em 2021. Segundo ele, a companhia ainda avalia o modelo do negócio, se será por meio de mercado de capitais ou processo competitivo. Slaviero afirmou que acompanha os desdobramentos da venda da Gaspetro, pela Petrobras, e a renovação da concessão da Compagas para avançar com a alienação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2020

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras

Título: Cosan tem bancos para oferta da Compass

A Cosan quer concluir a maior parte de sua reestruturação, incluindo pelo menos duas ofertas de ações, até o final deste ano, apurou o **Valor**. O cronograma inicial prevê para breve a cisão de ativos necessários e o procedimento de ofertas. A intenção é que o lançamento em bolsa comece pela Compass, de energia e gás, já mais preparada para esse processo.

O **Valor** apurou que os bancos Santander e Itaú BBA assessoram a Cosan nos procedimentos de reestruturação e nesta oferta da Compass - para essa

operação, foi contratado também o banco Morgan Stanley, disseram as fontes. Outros bancos devem complementar o sindicato nos próximos dias.

A oferta primária tem como objetivo caixa para crescimento já mapeado pela companhia, disse uma fonte. Ainda não há tamanho definido para essa operação, mas sabe-se que será multibilionária dado o porte da companhia - na estimativa de analistas, em torno de R\$ 4,5 bilhões em captação.

A Compass foi criada pela Cosan para atuar de forma integrada no mercado de gás e energia, incluindo infraestrutura, distribuição, geração e comercialização. Já nasceu dona da participação do grupo na paulista Comgás e com a comercializadora de energia comprada pela Cosan, origem do nome Compass. Só a participação de 99,14% na Comgás vale R\$ 23,3 bilhões em bolsa.

Para a oferta da Raízen, empresa integrada de energia, falta um acordo com a sócia Shell - que, conforme duas fontes, ainda não começou a ser efetivamente negociado em termos específicos. Também será uma operação de grande volume, provavelmente em torno de R\$ 7,5 bilhões conforme projeções iniciais.

A Cosan cogita levar à bolsa também a Moove, produtora e distribuidora de lubrificantes e óleos. Procurada sobre a contratação de bancos e oferta da Compass, a Cosan não comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: Novo marco do saneamento e o futuro da infraestrutura

Os empreendimentos em infraestrutura serão decisivos para a retomada da economia brasileira após a pandemia da covid-19. Porém, para atrair novos investimentos privados, é fundamental que sejam destravadas algumas amarras que, historicamente, têm impedido o Brasil de avançar nessa área. É preciso, por exemplo, aprovar os cerca de dez projetos de lei que atualizam marcos legais do setor, primordialmente na área de licitações e outorgas. A redução dos riscos legais, regulatórios e relativos ao ambiente de negócios também é essencial para atrair capital privado.

Um importante passo nessa direção foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, do novo marco legal do saneamento básico, que viabilizará um choque de eficiência nas diversas empresas estatais de saneamento, que atualmente são

responsáveis pelo atendimento de água e esgoto de mais de 90% dos municípios brasileiros. Além disso, abre espaço para a iniciativa privada atuar na exploração do setor, e institui um regime de licitações, com potencial para atrair grandes investimentos e a geração de, pelo menos, um milhão de empregos em cinco anos.

Redução dos riscos legais, regulatórios e do ambiente de negócios é essencial para atrair capital privado

O modelo atual, baseado em contratos celebrados sem licitação entre Estados e municípios, não tem sido capaz de expandir a prestação dos serviços de maneira satisfatória. O novo marco legal melhora a qualidade das regras, ao estabelecer a Agência Nacional de Águas (ANA) como responsável pela regulação do setor, e aumenta a segurança jurídica, ao esclarecer a titularidade nos casos de interesse comum.

Outra medida urgente é a continuidade dos programas de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP) da União e dos Estados. No âmbito federal, a carteira tem mais de 100 projetos, com destaque para a concessão de 22 aeroportos, duas ferrovias, oito rodovias e 12 terminais portuários, além da privatização das companhias Docas de Santos (SP) e do Espírito Santo.

A retomada de obras públicas paradas é também uma grande oportunidade para resolver gargalos existentes. O Brasil investe pouco em infraestrutura, e parte dos investimentos acaba imobilizada em obras paralisadas, que consomem vultuosos recursos e não geram benefícios para a população que as financia por meio do pagamento de impostos. De acordo com o governo federal, atualmente existem cerca de 6 mil obras públicas federais interrompidas ou com início adiado. São projetos em diversos setores, como saneamento básico, transportes, energia e urbanização, que somam investimentos da ordem de R\$ 42 bilhões.

No campo da energia elétrica, existem três importantes propostas tramitando no Congresso Nacional. O atual modelo apresenta claros sinais de desgaste, com problemas no planejamento e na gestão dos mercados, que desestabilizaram o segmento, gerando custos adicionais, crescente judicialização e passivos financeiros que recaem sobre os consumidores. O Projeto de Lei 232/2016 propõe um marco legal e estabelece normas para ampliar o mercado livre de energia e viabilizar uma nova estrutura de negócios.

Já o Projeto de Lei 3.975/2019 visa solucionar o problema sistêmico do risco hidrológico, que impõem riscos excessivos aos agentes do setor elétrico, devido às diferenças entre suas obrigações contratuais e as respectivas produções de energia. Tal exposição a liquidações no mercado de curto prazo causa grandes passivos e sujeita empresas a processos judiciais. Segundo o Ministério de Minas e Energia, em 2019 esse problema gerou um custo de R\$ 11 bilhões. Outra prioridade nessa área é o PL 5.877/2019, que permite a capitalização da Eletrobras, um projeto muito importante para o país, porque a companhia precisa ter a possibilidade de investir sem as amarras do controle público e com a agilidade do setor privado.

No setor de gás natural, o mercado aguarda a aprovação do PL 6.407/2013, que quebra monopólios vigentes. O texto nos aproxima dos padrões de competição e de preço internacionais. Em 2019, a média da cotação do gás, no Brasil, foi de US\$ 12 a 13,50 por milhão de BTUs - mais do que o triplo dos US\$ 3,50 nos Estados Unidos, e quase o dobro dos US\$ 7 na Europa. Os valores aqui são mais altos até mesmo do que os do Japão, que importa 100% do gás que consome. Lá, a média está em torno de US\$ 9.

As legislações estaduais do gás natural também devem ser alteradas para viabilizar a quebra do monopólio na distribuição. Também significativo para a modernização da infraestrutura, o PL 3.178/2019 propõe alterações no regime de partilha de produção de petróleo em áreas do pré-sal. O texto moderniza a legislação atual, ao revogar o direito de preferência da Petrobrás nas licitações do regime de partilha de produção. O projeto prevê, entre outras medidas, a realização de outorgas de concessão.

No setor de transportes, os investimentos federais vêm caindo desde 2010. Em 2019, o total aportado nesse segmento foi de apenas R\$ 8,3 bilhões. Somos um país rodoviário, com 24% da malha federal pavimentada em estado ruim ou péssimo - situação que deve piorar com a crise gerada pela pandemia. No setor ferroviário, o PLS 261/2018 permite a realização de outorgas de autorização para o funcionamento de ferrovias, especialmente em trechos curtos e conectados à malha atual. A operação dessas ferrovias, conhecidas como shortlines, aumentaria os investimentos, a integração e a utilização da malha. Nos EUA, existem 550 trechos de shortlines, que somam 80 mil km de extensão ou quase 30% da rede do país.

Na área ambiental, o PL 3.729/2004 estabelece regras claras e dá mais agilidade ao licenciamento. O projeto traz soluções para alguns dos principais problemas

nessa área, como excesso de procedimentos e superposição de competências, falta de clareza na condução dos processos e atuação discricionária dos agentes. Por fim, a proposta tenta combater a atual insegurança jurídica, que afeta os empreendimentos mesmo após a obtenção das licenças.

Todas essas propostas são essenciais para impulsionar a infraestrutura e proporcionar o início de um novo ciclo de crescimento econômico.

Adicionalmente, como são projetos que utilizam mão de obra intensiva, poderão também ajudar a reduzir os elevados índices de desemprego. A solução dos atuais obstáculos, entretanto, passa pelo aumento da participação da iniciativa privada, tanto nos investimentos quanto na gestão da operação. Temos certeza de que o Congresso Nacional dará seguimento à discussão e à aprovação dos diversos projetos, contribuindo para a melhora do ambiente de negócios e a recuperação da economia no pós-pandemia.

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Risco à Braskem

O escritório de advocacia americano Pomerantz iniciou uma investigação para apurar possível prática irregular da Braskem ou de seus executivos, mirando uma potencial ação coletiva contra a companhia. Em 9 de julho, a Braskem divulgou ter sido informada por autoridades que os moradores de 1,9 mil casas em Maceió precisariam ser evacuados por causa do afundamento do solo que foi relacionado à mineração de sal-gema. A companhia informou que, além dos R\$ 3,4 bilhões já provisionados, estava separando mais R\$ 1,6 bilhão para arcar com despesas relacionadas. Com essa notícia, o preço do recibo de ações (ADR) da Braskem caiu US\$ 0,59 por ação, ou 6,2%, “prejudicando os investidores”, segundo o escritório. O Pomerantz já liderou ações coletivas contra Petrobras e Vale.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/07/2020

Seção: Editorial

Autor:**Título: O esperado comportamento da inflação**

A alta de 0,26% do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em junho, após a deflação de 0,38% observada em maio, não justifica maior apreensão. O IPCA registrou aumento de apenas 0,1% no primeiro semestre e de 2,13% em 12 meses. Quando muito, as perspectivas de correção de alguns preços no mês em curso poderão limitar novos ajustes baixistas da taxa básica de juros, que já é de 2,25% ao ano, quase 65% inferior à meta da Selic (6,5%) de um ano atrás.

As variações do IPCA em junho eram esperadas. O maior impacto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), veio do item alimentação e bebidas, que subiu 0,38% e contribuiu com 0,08 ponto percentual (30%) para o índice mensal. Seguiu-se a alta de 0,31% dos transportes, em especial de combustíveis, cujos preços voltam a subir após quatro meses em queda. Cresceram também, com menor impacto sobre o IPCA, os preços dos itens artigos de residência, saúde e cuidados pessoais, comunicação e educação.

Os maiores ônus para os consumidores em junho devem ser atribuídos à elevação de preços das carnes, do leite longa vida, do arroz, do feijão carioca e do queijo. A alta não foi compensada pelo arrefecimento dos preços de outros produtos alimentares, como o tomate e a cenoura.

Para julho, especialistas preveem novas pressões sobre os preços de alimentos, mas, em particular, de transportes (devido à recomposição do preço dos derivados de petróleo), habitação, saúde e cuidados pessoais. A pandemia do novo coronavírus provocou o adiamento de reajustes de preços administrados, que neste mês deverão voltar a subir, caso da energia elétrica.

Mas os núcleos de inflação, que captam tendências desprezando choques temporários, estão próximos da estabilidade, avaliam economistas de instituições financeiras. Isso reflete o comportamento contido dos preços de serviços, que se recuperam mais lentamente.

Duas, entre as forças principais que influenciam preços, devem ser observadas. Uma é o ritmo da atividade, em que se destaca a recuperação já em curso no comércio e na indústria e o vigor do agronegócio. Outra são os limites impostos à recomposição de preços pelo desemprego e pela perda de renda de milhões de trabalhadores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/07/2020**

Seção: Coluna do Broadcast**Autor:****Título: Brasileiro troca casa por fundo imobiliário nos EUA**

Há uma década, uma “dica” de investimento conquistou parte da classe mais abastada brasileira: a compra de imóveis na Flórida. Naquele momento, o investimento parecia certo e requintado, com a combinação de taxa de câmbio convidativa ao brasileiro e preços dos imóveis americanos depreciados após a crise de 2008. Anos depois, muitos viram que o custo da estratégia era alto. Imóveis carregam o peso de impostos, seguro, condomínio, água e luz. Os brasileiros, porém, continuam sonhando com sua cota de terra nos EUA. Só que, se antes compravam casas perto da Disney, agora os abonados adquirem cotas de fundos que investem em imóveis. Eles continuam no mercado imobiliário, mas sem os custos inerentes à posse de um imóvel e com maior liquidez.

» Oi, cota. Na gestora YellowFi Management, a participação dos brasileiros em um dos fundos de crédito imobiliário passou de 33%, em junho de 2018, para 52%, em maio deste ano. Com o mercado gigantesco dos EUA, há muitas opções. Um dos fundos da gestora Leste, por exemplo, compra só prédios de clínicas médicas. Segundo Stephan Sabrit, sócio do Leste, a procura caiu no início da pandemia, mas deu novo salto em maio e junho.

» Diversidade. Se antes os endinheirados procuravam proteção patrimonial no exterior, agora a busca é por retorno. Isso já aparece nos últimos dados do Banco Central. Mesmo com o real valendo menos em relação ao dólar, nos cinco primeiros meses do ano foram US\$ 3,5 bilhões dos investidores brasileiros para fundos no exterior, quase cinco vezes mais que o mesmo período de 2019, quando a taxa de câmbio era mais atrativa.

» Monopólio. O setor de petróleo e gás é o maior gerador de receita para o Estado do Rio, mas lidera também a lista de devedores. Dentre todas as empresas inseridas na dívida ativa, a Petrobrás é a que mais tem a pagar, R\$ 9,4 bilhões. Para a petroleira, não se trata de dívida, mas de “divergência de entendimento entre fisco e contribuinte”, e, em alguns casos, tem buscado solução na Justiça.

» Outra. A segunda da lista é a Refinaria de Manguinhos, com R\$ 4,4 bilhões. A Procuradoria do Estado ganhou ação contra a usina, mas permanece sem ver o dinheiro. Nos bastidores do governo, dizem que o pagamento nunca vai acontecer.

Em recuperação judicial, a empresa está livre de execuções fiscais.

» Cidade. Com o crescimento do e-commerce, a fintech Pathfind, dona de um software que cria roteiros para entregas de grandes empresas, teve crescimento inesperado, especialmente para rotas urbanas. Antes da pandemia, apenas 10% dos 60 milhões de quilômetros rodados por mês da carteira de 300 clientes, ocorriam em território urbano. Agora, a previsão é de que, até agosto, esse percentual suba para 30%.

» Quase todas. Nove em cada 10 pedidos de recuperação judicial em maio e em junho vieram de pequenas e médias empresas. Embora as menores historicamente liderem estatísticas de novos pedidos, esse grupo nunca chegou a 90% dos casos. O que chamou a atenção da consultoria Alvarez & Marsal foi o sumiço de empresas com receita anual acima dos R\$ 300 milhões.

» Adiante. A explicação vem do fato de estarem recebendo uma mãozinha dos bancos, que estenderam vencimentos de suas dívidas para o ano que vem. A ajuda, porém, não as protege da recuperação judicial, na avaliação da A&M, que espera que várias recorram à proteção da Justiça contra credores nos próximos meses. A previsão é que cerca de 2.500 empresas entrem com pedido.

» Vazei. O mercado de edifícios corporativos classe A de São Paulo teve, em junho, mais áreas devolvidas do que alugadas. A diferença foi de 10,1 mil m², de acordo com a consultoria imobiliária Cushman & Wakefield. Foi o pior mês para o mercado corporativo paulistano em 2020. No acumulado do semestre, houve absorção positiva de 57,5 mil m².

» Vai-e-vem. Duas saídas pesaram negativamente no saldo de locações. O grupo supermercadista Dia desocupou 4 mil m² no edifício Birmann 21 (antiga sede da Editora Abril) na Marginal Pinheiros e se mudou para um imóvel mais barato. A multinacional de agronegócios Monsanto saiu de uma área de 5 mil m² no Centro Empresarial Nações Unidas.

» Dá um desconto? Segundo a Cushman & Wakefield, a pandemia começou a pressionar o setor. Empresas têm renegociado valores de aluguel e, as mais apertadas, têm se mudado para endereços mais em conta. Há também a adoção do home office de maneira permanente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/07/2020

Seção: Especial

Autor: Reinaldo José Lopes

Título: Hidrelétricas causam morte de árvores submersas na Amazônia

São Carlos - As árvores que se adaptaram à vida submersa durante os longos meses das cheias na Amazônia podem sofrer mortandade maciça quando hidrelétricas interrompem o fluxo natural dos rios, indica um novo estudo.

O trabalho mostra que não se pode negligenciar o impacto da construção de usinas sobre os ambientes da região, mesmo quando eles não são afetados diretamente por uma nova barragem.

Os dados publicados pelos pesquisadores do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) na revista científica *New Phytologist* são sobre a matas afetadas pela usina de Balbina, no rio Uatumã (AM).

Construída nos anos 1980, Balbina alterou, por exemplo, as subidas e descidas do rio nos chamados igapós de águas pretas, florestas inundáveis que podem ficar submersas até dez meses por ano.

Nesses locais, é comum encontrar macacarecuias ou cuieiras (*Eschweilera tenuifolia*), árvores que alcançam 20 metros de altura e dois de diâmetro. Ao longo de sua trajetória evolutiva, elas adquiriram uma série de adaptações “anfíbias”, como sementes com camadas porosas e capacidade de repelir água, o que lhes permite flutuar durante a cheia.

Os pesquisadores compararam as árvores da espécie da na região influenciada por Balbina com as macacarecuias do Parque Nacional do Jaú, também no Amazonas e em igapós de águas pretas, mas sem impactos ambientais.

A ideia era enxergar como a presença da barragem afetou a trajetória de vida das plantas ao longo das últimas décadas.

Obtendo amostras do tronco das árvores, os pesquisadores identificaram anéis de crescimento formados pela sequência anual de cheias e secas e os contaram para saber a idade das plantas.

Somando as amostras dos dois locais, eles estudaram 93 árvores vivas, com diâmetros entre 10 cm e 1,75 m. As mais antigas tinham pouco menos de 500 anos (tirando uma, na reserva do Uatumã, que passou dos 800 anos). Em média, o crescimento anual, entre 2 mm e 2,3 mm em média, não diferiu muito entre os lugares.

Mas a situação posterior a 1983, quando a hidrelétrica começou a ser construída, mostra diferenças significativas. No Jaú, o período teve algumas fases de mortalidade esparsa das árvores, provavelmente associadas a extremos climáticos.

Já na área sob a influência de Balbina, quase 90% da mortalidade da espécie se deu após o início das obras na barragem. E 7 em cada 10 árvores vivas têm sinais de supressão de crescimento no período.

Ainda não está totalmente claro o porquê de isso acontecer. O que é indiscutível, diz Angélica Resende, uma das autoras do estudo, é que as árvores adaptadas à vida no igapó perderam a previsibilidade dos pulsos anuais das cheias

Além de vir água demais ou de menos, dependendo das necessidades da usina, não há padrão anual algum, o que complica a vida das plantas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/07/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni e Jailson R. Sena

Título: Gasolina tem 10º aumento este ano

A Petrobras anunciou, ontem, mais um reajuste no preço dos combustíveis nas refinarias. A gasolina teve aumento de 4% e o diesel, de 6%. Com o novo reajuste, o 22º no ano, sendo a 10ª elevação, o litro da gasolina passa a custar R\$ 1,725 nas refinarias, a partir de hoje. É o terceiro aumento seguido em julho. Desde 7 de maio, o combustível tem subido todas as semanas.

O último aumento do diesel, de 6%, foi anunciado em 1º de julho, quando passou a custar, para as distribuidoras, R\$ 1,72 por litro. Com o novo reajuste, o litro vai a R\$ 1,82. Segundo a estatal, este ano, foram 16 reajustes no diesel, sendo cinco aumentos e 11 reduções de preço.

O estudante e morador da Asa Norte Gabriel Alves, 24 anos, não vem utilizando o carro por causa da pandemia. Ele acha injustos tantos reajustes em um momento de queda no consumo. “É complicado para todos. Porém, é pior pra quem precisa sair para trabalhar e quer evitar transporte coletivo”, disse.

O mestre de obras João Martins, 56, morador de Taguatinga, afirmou que a gasolina estava com preços baixos no início da pandemia, mas voltou a encarecer com a abertura do comércio. “Antes, estava barata e tinha pouca gente na rua. Hoje, com a volta de muitos ao trabalho, os preços subiram. É um absurdo”, desabafou.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicombustíveis), Paulo Tavares, disse que os aumentos ainda não estão sendo repassados às bombas. “Já tivemos dois aumentos no mês, vai ter mais um hoje e nenhum revendedor está repassando”, garantiu.

Segundo ele, os postos não têm como prever se haverá um movimento de alta. “Se o meu vizinho não repassa, eu também não repasso. Há medo de aumentar o combustível e perder clientes. Estamos com prejuízo cada vez maior. Vamos para o quarto aumento seguido sem repassar para o consumidor.”

No Plano Piloto, o litro da gasolina já está acima de R\$ 4. Em alguns postos, como no Setor de Indústrias Gráficas, o valor chega R\$ 4,25. Em Ceilândia, há postos vendendo à vista por R\$ 3,78. A média, contudo, está em R\$ 3,99.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Pandemia fecha 522 mil negócios no Brasil, 99% deles de pequeno porte A2

Espanha defende pacote de ajuda da UE para evitar catástrofe A24

Restaurantes vivem "massacre" e ainda vão sofrer muito, diz Bielawski EU&Fam de Semana

Santa Helena, 17 de julho de 2020 | Ano 21 | Número 3245 | R\$5,500

Valor

ECONÔMICO

20 ANOS

Destques

Mélio Rio tenta se manter nos trilhos
O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, tenta se manter nos trilhos da política econômica, apesar da pressão da oposição para que ele abra mão do cargo. O governador, que já se encontra em uma situação precária, tenta se manter nos trilhos da política econômica, apesar da pressão da oposição para que ele abra mão do cargo. **Página 10**

Atividade econômica volta a crescer
O crescimento da atividade econômica voltou a crescer em junho, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. O crescimento da atividade econômica voltou a crescer em junho, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Setor de serviços volta a crescer
O crescimento do setor de serviços voltou a crescer em junho, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. O crescimento do setor de serviços voltou a crescer em junho, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Vendas da P&G voltam ao normal
As vendas da P&G voltaram ao normal em junho, segundo a empresa, apesar da queda no setor de serviços. As vendas da P&G voltaram ao normal em junho, segundo a empresa, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Capital investido em pesquisa
O investimento em pesquisa voltou a crescer em junho, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. O investimento em pesquisa voltou a crescer em junho, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Commodities agrícolas sob pressão
O preço das commodities agrícolas sob pressão em junho, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. O preço das commodities agrícolas sob pressão em junho, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Stimulus volta em 17 de janeiro
O estímulo volta em 17 de janeiro, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. O estímulo volta em 17 de janeiro, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Idéias
O estímulo volta em 17 de janeiro, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. O estímulo volta em 17 de janeiro, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Indicadores
O estímulo volta em 17 de janeiro, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. O estímulo volta em 17 de janeiro, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Fuga da renda fixa desafia estabilidade financeira

Alta Ribeiro, João Luiz Caldas, Tullia Moreira e Ruy Pincus
De São Paulo

A queda da taxa básica de juros (Selic), que vem de reforma para a economia, a nível, historicamente baixo, está gerando uma fuga da renda fixa para o mercado de ações. A queda da taxa básica de juros (Selic), que vem de reforma para a economia, a nível, historicamente baixo, está gerando uma fuga da renda fixa para o mercado de ações. **Página 10**

Parlamentares se unem para derrubar vetos

Rosane Truffi e Raphael de Castro
De Brasília

O voto do presidente Jair Bolsonaro a favor do Senado para derrubar vetos, apesar da oposição, é um sinal de que o governo está se unindo para derrubar vetos. O voto do presidente Jair Bolsonaro a favor do Senado para derrubar vetos, apesar da oposição, é um sinal de que o governo está se unindo para derrubar vetos. **Página 10**

Ajuste fiscal terá de esperar, diz Teixeira

Tullia Moreira e Ruy Pincus
De São Paulo

A transição de uma política fiscal para uma política fiscal, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. A transição de uma política fiscal para uma política fiscal, segundo o IBGE, apesar da queda no setor de serviços. **Página 10**

Carro importado volta a ser para poucos

Ma de Cássio
De São Paulo

Apesar da pressão da oposição para que ele abra mão do cargo, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, tenta se manter nos trilhos da política econômica. Apesar da pressão da oposição para que ele abra mão do cargo, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, tenta se manter nos trilhos da política econômica. **Página 10**

Pesquisa ajuda a decifrar o eleitor de Bolsonaro

Carlos Pflaum
De São Paulo

O voto do presidente Jair Bolsonaro a favor do Senado para derrubar vetos, apesar da oposição, é um sinal de que o governo está se unindo para derrubar vetos. O voto do presidente Jair Bolsonaro a favor do Senado para derrubar vetos, apesar da oposição, é um sinal de que o governo está se unindo para derrubar vetos. **Página 10**

O ESTADO DE S. PAULO



SEXTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2020 | 110 PAGINAS | R\$ 1,50

www.estado.com.br

Contágio dobra em 27 dias e atinge 2 milhões no Brasil

Especialistas acreditam aumento à inativação do vírus; na última semana, morreram em média 1.081 por dia

O Brasil ultrapassou ontem o número de 2 milhões de casos confirmados de covid-19, segundo o sistema de monitoramento de entidades de saúde, o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SIVEP). O Brasil é o país com o maior número de casos no mundo, seguido pelos Estados Unidos e Espanha.

Segundo o SIVEP, o Brasil registrou 2 milhões e 100 mil casos confirmados de covid-19 até sexta-feira. O Brasil é o país com o maior número de casos no mundo, seguido pelos Estados Unidos e Espanha.

SITUAÇÃO NO PAÍS

CASOS ATIVOS	79.822
CASOS CURADOS	1.389
MORTES	101
CASOS ATIVOS POR ESTADO	1.134.128
CASOS CURADOS POR ESTADO	6.330

Volta dos testes reavaliada

O governo do Estado de SP, que havia prometido voltar às aulas a partir de 1 de setembro, agora adiará essa data.

Colômbia

Colômbia decidiu a longo prazo, porém, não vai mudar nada, segundo o ministro da Saúde.

Mercado imobiliário indica melhora nas vendas

A queda no preço médio de venda de imóveis no Brasil, segundo o Índice de Preços do Consumidor (IPC), indica melhora nas vendas.

Com a queda no preço médio de venda de imóveis no Brasil, segundo o Índice de Preços do Consumidor (IPC), indica melhora nas vendas.

Palmares nomeia apadrinhados do Turismo

O prefeito de Palmares, Marcelo Gomes, nomeou apadrinhados do Turismo.

Governo atual base com verba contra a covid, diz Olímpi

O senador Nélson Olímpi (PSL-SP), em Indaial, afirmou que o governo atual base com verba contra a covid.

NA QUARENTENA



Circo sem plateia, aplausos e dinheiro

O circo, que chegou há alguns dias, não tem público. Os artistas não recebem nada e não têm dinheiro para comprar comida.

Países acusam Rússia de tentar roubar vacina da covid

Acusado de tentar roubar a vacina da covid, a Rússia é acusada de tentar roubar a vacina da covid.

Ministro da Educação defende Estado laico

Acusado de defender o Estado laico, o ministro da Educação defende o Estado laico.

PF indica Aikman por caixa 2 e corrupção

A Polícia Federal (PF) indica Aikman por caixa 2 e corrupção.

Pandemia fecha 5.227 mil empresas

A pandemia fechou 5.227 mil empresas.



Reforma tributária prevê unir PIS e Cofins

A reforma tributária prevê unir PIS e Cofins.

Glória Conceição

Glória Conceição, a primeira mulher a ser eleita prefeita de São Paulo, faleceu.

A importância das eleições municipais

A importância das eleições municipais.

Tempo de desparar

O tempo de desparar.

NÃO É TOYOTA. NÃO É HONDA. NÃO É VOLKSWAGEN.

É MUITO MAIS.

É A NOVA TECNOLOGIA QUE ESTÁ CONQUISTANDO O MUNDO.

EAGLE

VEJA NAS PÁGINAS 3 E 4

Assessoria de comunicação
Assessoria de comunicação
do GLOBO e do GLOBO
e do GLOBO e do GLOBO
e do GLOBO e do GLOBO

**Thomas Piketty: França
prepara taxa patrimonial para
saída da crise da Covid-19**

O GLOBO

17 de julho de 2020 | 1ª edição | 100% digital | 100% digital | 100% digital

Uma cerimônia protegida na posse do 4º ministro da Educação

Antônio Carlos
Antônio Carlos
Antônio Carlos

IMPACTO DA PANDEMIA

País perde 716 mil empresas na crise do coronavírus

Mais de 50% do 1,3 milhão de firmas que pararam não vão voltar

Segundo o IBGE, em 15 de maio de 2020, 1,3 milhão de empresas pararam de funcionar. Até 15 de junho, 716 mil delas não tinham voltado. Isso significa que mais de 50% das empresas que pararam não vão voltar. O IBGE também informou que 1,3 milhão de empresas pararam de funcionar em 15 de maio de 2020. Até 15 de junho, 716 mil delas não tinham voltado. Isso significa que mais de 50% das empresas que pararam não vão voltar.

IMPACTO DA PANDEMIA
Infância e juventude em crise
Infância e juventude em crise

IMPACTO DA PANDEMIA
Tecnologia e inovação
Tecnologia e inovação

IMPACTO DA PANDEMIA
Desafios para a educação
Desafios para a educação

IMPACTO DA PANDEMIA
Infância e juventude em crise
Infância e juventude em crise

Infetados passam de 2 milhões

De acordo com o IBGE, o Brasil ultrapassou 2 milhões de casos de coronavírus em 17 de julho de 2020. O número de casos chegou a 2.014.798. O Brasil é o país com o maior número de casos no mundo. O IBGE também informou que 1,3 milhão de empresas pararam de funcionar em 15 de maio de 2020. Até 15 de junho, 716 mil delas não tinham voltado. Isso significa que mais de 50% das empresas que pararam não vão voltar.

Período	Casos
17 de maio	201.479
17 de junho	1.014.798
17 de julho	2.014.798

Reabertura no Rio: 4ª fase terá fiscais em áreas boêmias

Após a reabertura da cidade, a 4ª fase da reabertura terá fiscais em áreas boêmias. O IBGE também informou que 1,3 milhão de empresas pararam de funcionar em 15 de maio de 2020. Até 15 de junho, 716 mil delas não tinham voltado. Isso significa que mais de 50% das empresas que pararam não vão voltar.

Reabertura no Rio:
4ª fase terá fiscais
em áreas boêmias

Após a reabertura da cidade, a 4ª fase da reabertura terá fiscais em áreas boêmias. O IBGE também informou que 1,3 milhão de empresas pararam de funcionar em 15 de maio de 2020. Até 15 de junho, 716 mil delas não tinham voltado. Isso significa que mais de 50% das empresas que pararam não vão voltar.

Estudo vincula produção de soja a desmatamento

Um estudo realizado pelo IBGE em 2019 mostrou que a produção de soja no Brasil está diretamente relacionada ao desmatamento. O estudo também informou que 1,3 milhão de empresas pararam de funcionar em 15 de maio de 2020. Até 15 de junho, 716 mil delas não tinham voltado. Isso significa que mais de 50% das empresas que pararam não vão voltar.

Alckmin é indiciado por corrupção

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, foi indiciado por corrupção. O IBGE também informou que 1,3 milhão de empresas pararam de funcionar em 15 de maio de 2020. Até 15 de junho, 716 mil delas não tinham voltado. Isso significa que mais de 50% das empresas que pararam não vão voltar.

**Cláudio Castro, vice de Wladimir,
é condenado por desmatamento**

Cláudio Castro, vice de Wladimir, foi condenado por desmatamento. O IBGE também informou que 1,3 milhão de empresas pararam de funcionar em 15 de maio de 2020. Até 15 de junho, 716 mil delas não tinham voltado. Isso significa que mais de 50% das empresas que pararam não vão voltar.

Quem é o 4º ministro da Educação?

Antônio Carlos
Antônio Carlos
Antônio Carlos

www.correiobraziliense.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

2.0000.0000

Brasil atinge novo patamar de casos de coronavírus

No DF, pico da covid deve se estender ao menos até o dia 25 | Teste até 3 dias após os primeiros sintomas é crucial para deter vírus | Londres acusa Rússia de tentar roubar dados sobre vacina

Na última sexta-feira, o Brasil atingiu um novo recorde em casos de coronavírus, com 22 mil e 282 registros em 24 horas, segundo o Ministério da Saúde. O número de mortes também aumentou, com 1.014 registros em 24 horas. O Brasil segue a tendência de crescimento de casos, com o número de infectados ultrapassando os 2 milhões e 200 mil. O país também registra um aumento no número de mortes, com 1014 registros em 24 horas. O Brasil segue a tendência de crescimento de casos, com o número de infectados ultrapassando os 2 milhões e 200 mil. O país também registra um aumento no número de mortes, com 1014 registros em 24 horas.

"Amanheci sem paladar, testei e deu positivo"

Quarta-feira, 15 de julho de 2020, 10h30. Christiane, 45 anos, mãe de dois filhos, acordou com uma sensação estranha no corpo. Ela não conseguia sentir o gosto da comida e percebeu que estava com febre. Ela decidiu fazer um teste de coronavírus e o resultado foi positivo. Ela ficou em isolamento e aguarda a evolução dos sintomas.

Mais recursos e apoio a pequenas empresas

Novos programas para apoiar as pequenas empresas e ajudar a superar os desafios da pandemia. O governo federal anunciou um pacote de medidas para apoiar as pequenas empresas, com recursos para financiamento e apoio técnico. O pacote inclui linhas de crédito com juros reduzidos e programas de capacitação para os empresários.

Ribeiro toma posse no MEC e abre diálogo

Novo ministro da Educação, Ricardo Ribeiro, tomou posse no Ministério da Educação (MEC) e abriu um canal de diálogo com a comunidade acadêmica e os estudantes. Ribeiro promete trabalhar para melhorar a qualidade do ensino e enfrentar os desafios da educação durante a pandemia.

Opção de grana benzida

Chamada de Operação Grana, a Polícia Federal (PF) anunciou uma operação para combater o tráfico de dinheiro. A operação envolveu a apreensão de grandes quantias de dinheiro em espécie e a prisão de vários indivíduos envolvidos no tráfico.

Alexandre Carlo e o planejamento da banda Natiruts

O músico Alexandre Carlo, integrante da banda Natiruts, anunciou o planejamento para o lançamento de um novo álbum. Carlo falou sobre a importância da música durante a pandemia e sobre o trabalho da banda.

Polícia, multa e mais cobra

A Polícia Militar (PM) de São Paulo anunciou uma operação para combater o tráfico de drogas e a venda de armas. A operação envolveu a apreensão de grandes quantias de drogas e a prisão de vários indivíduos envolvidos no tráfico.

Temas sociais na pauta de negociação da CPMF digital

O governo federal anunciou que os temas sociais serão priorizados na negociação da CPMF digital. O governo pretende implementar medidas para reduzir a carga tributária das pequenas empresas e melhorar a arrecadação de recursos para o sistema de saúde.

Projeto estende ajuda de R\$ 600 também a atletas

O governo federal anunciou que o projeto de extensão da ajuda financeira de R\$ 600 por mês será estendido para os atletas. A medida visa apoiar os atletas durante a pandemia e garantir que eles possam continuar seus treinos e competições.

522 mil empresas fecharam em 15 dias, diz IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados que mostram que 522 mil empresas fecharam suas portas em apenas 15 dias. O fechamento das empresas é um reflexo da crise econômica causada pela pandemia de coronavírus.

MME / ASCOM .